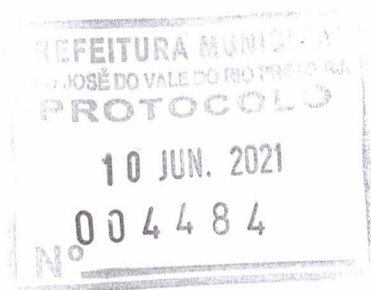


À ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - ESTADO DO RIO DE JANEIRO



A/C: da Sr.(a) Pregoeiro (a) da Secretaria de Administração - Governo Municipal de São José do Vale do Rio Preto/RJ.

REF.: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2021

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS, COM LOCAÇÃO DE ATÉ 14 (QUATORZE) VEÍCULOS E MANUTENÇÃO DE MAIS 02 (DOIS) VEÍCULOS RESERVAS, SENDO UM DO TIPO ÔNIBUS E/OU MICRO-ÔNIBUS E O OUTRO UMA VAN EXECUTIVA, MODELOS RODOVIÁRIOS, DURANTE O PERÍODO LETIVO, NOTURNO E/OU DIURNO PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PETU (PROGRAMA ESPECIAL DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO), INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1.180/05, SEGUINDO OS SEGUINTE ITINERÁRIOS PARA OS ÔNIBUS: (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X TERESÓPOLIS/RJ X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ) (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X PETRÓPOLIS X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ), PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII DO REFERIDO EDITAL VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO OU TERCERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE.

PMSJVRP
Proc Nº 8484/21
Folha Nº 02

VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO S/A., firma estabelecida na Av. Condessa do Rio Novo, nº 881, na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 25.803-000, inscrita no CNPJ sob o nº 32.404.063/0001-08, licitante interessada direta no procedimento licitatório em epígrafe, vem, mui respeitosamente, por meio de seu Diretor *in fine* assinado, perante vossa senhoria, nos termos do § 3º, do Art. 109, da Lei 8.666/93 c/c o item 14.4 do respectivo Edital, oferecer tempestivamente suas apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do PREGÃO PRESENCIAL em epígrafe, com sustentação no §2.º do artigo 41 da lei 8666/1993 - aplicável por força do artigo 9.º da lei federal n.º 10520/2002 - e demais legislações correlatas do âmbito Municipal, pelos fundamentos demonstrados nesta peça:

1 - TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que o aviso do edital foi disponibilizado em 27/05/2021, com data do dia 15/07/2021 para abertura das propostas, de forma que há pleno cumprimento ao prazo 02 (dois) dias úteis antecedentes a abertura da sessão pública, em consonância ao previsto no item 14.4 do edital do pregão em referência.

2 - OBJETO DA LICITAÇÃO.

O Pregão Presencial em referência tem por objeto o **"A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS, COM LOCAÇÃO DE ATÉ 14 (QUATORZE) VEÍCULOS E MANUTENÇÃO DE MAIS 02 (DOIS) VEÍCULOS RESERVAS, SENDO UM DO TIPO ÔNIBUS E/OU MICRO-ÔNIBUS E O OUTRO UMA VAN EXECUTIVA, MODELOS RODOVIÁRIOS, DURANTE O PERÍODO LETIVO, NOTURNO E/OU DIURNO PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PETU (PROGRAMA ESPECIAL DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO), INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1.180/05, SEGUINDO OS SEGUINTE ITINERÁRIOS PARA OS ÔNIBUS: (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X TERESÓPOLIS/RJ X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ) (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X PETRÓPOLIS X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ), PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII DO REFERIDO EDITAL VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO OU TERCERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE"**.

A presente impugnação apresenta questões pontuais que viciam o ato convocatório, quer por discreparem do rito estabelecido na lei 8666/1993 (com alterações posteriores) e na lei federal n.º 10520/2002, quer por restringirem a competitividade, condição esta essencial para a validade de qualquer procedimento

P.M.S.J.V.R.
Proc. Nº 4484/21
Folha Nº 03

Pretende também apontar situações que devem ser esclarecidas, facilitando-se a compreensão de determinadas cláusulas e evitando-se interpretações equivocadas.

3 - FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

3.1 - ESCLARECIMENTO QUANTO AO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL.

Questão que necessita ser esclarecida é a referente ao prazo para impugnação ao edital, haja vista a previsão de informações divergentes em seu texto com a Lei de regência.

De fato, o Decreto Regulamentar n.º 10.024 de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, dispõe que "Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública."

No entanto, o item 14.4 do edital prevê que "14.4 - As solicitações de impugnações e / ou recursos deverão ser formalizadas através de processo administrativo protocolado no Protocolo Geral deste Município, no endereço informado no item 14.1, no horário das 9:30h as 16h, sendo que no caso de impugnação deverá ser autuado até 2 (dois) dias úteis anteriores a abertura dos envelopes de proposta e de 3 (três) dias úteis após o ato que o deu causa."

Ora, o edital deve estar claro quanto a seus preceitos, fazendo previsão a exigências claras e não contraditórias com a legislação de regência.

Nesta senda, requer-se seja esclarecido qual o real prazo que as empresas interessadas em participar do certame terão para apresentar suas peças de impugnação ao edital.

3.2 - AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO ESTIMADO DOS PREÇOS EM PLANILHA ABERTA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 7.º, §2.º, INCISO II E ARTIGO 40, §2.º, INCISO II DA LEI 8666/1993.

Verifica-se que não há no edital e seus anexos, tampouco no Termo de Referência, não há referência ao Modelo de Proposta Comercial.

Conforme 8666/93
2 dias úteis

P.M.S.G.V.R.H.
Proc Nº 448421
Folha Nº 04

A falta de planilha indicativa para apresentação de proposta macula o processo administrativo, pois deixa de indicar o orçamento estimado para a prestação dos serviços.

Tal omissão constitui direta violação aos artigos 7.º §2.º, inciso II e artigo 40, §2.º, inciso II, todos da lei 8666/1993, aplicáveis por força do artigo 9.º da lei federal n.º 10520/2002:

Art. 7.º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

(...)

§ 2.º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - (...)

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

Art. 40. (...)

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - (...)

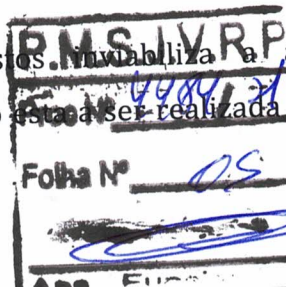
II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

Pela previsão dos referidos artigos, portanto, toda licitação, inclusive de serviços, necessariamente possui como pressuposto de validade a existência de um orçamento estimado em planilha aberta de composição de custos unitários.

Tal planilha detalhada é essencial para que, no curso do certame, seja possível verificar eventual adequação dos preços propostos aos valores de mercado, inclusive em relação a todos os componentes que repercutem na formação do preço final.

Este juízo quanto aos preços ofertados (se são exequíveis ou estão dentro dos padrões de mercado) depende diretamente da informação contida na estimativa de custos, sendo essencial para a análise a ser realizada pelo pregoeiro e sua equipe de apoio.

A falta desta estimativa detalhada de custos inviabiliza a avaliação quanto à compatibilidade dos preços ofertados (avaliação a ser realizada na sessão pública do



pregão). Tal circunstância macula o julgamento a ser realizado e, conseqüentemente, todo o procedimento realizado.

Deste modo, uma planilha detalhada de composição dos preços ofertados é primordial para que a contratação possa ser efetivada corretamente, pela mesma lógica contida no artigo 40, §2.º, inciso II da lei 8666/1993 citado acima, não bastando as planilhas contidas no edital.

Ainda que não se apresente uma planilha detalhada dos custos, é essencial, de qualquer forma, que seja apresentado o valor orçado para a íntegra da presente prestação de serviço que se pretende licitar.

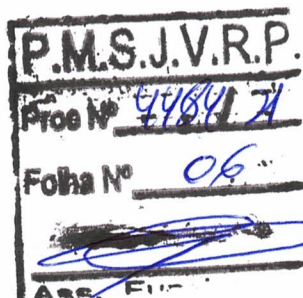
3.3 - DA AUSÊNCIA DO ANEXO I - Anexo I (RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO).

Em relação ao edital, verifica-se a ausência do Anexo I na publicação do Edital em referência, instrumento absolutamente necessário para a precificação dos serviços requeridos através deste certame.

Diz o item 1.2 do edital:

Fazem parte o Anexo I (RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO - preço máximo: não poderá ser ultrapassado.

O Anexo I indica um limite máximo a ser observado pelos licitantes na formulação de suas propostas, de forma que aquelas ofertas com valor superior deverão ser desclassificadas).



Tal equívoco deve ser corrigido, publicando-se novamente o edital corretamente e por completo, devendo ser alteradas as datas de fatais, sob pena de nulidade, tal como a data da abertura das propostas e a data correta para as impugnações do presente edital.

O 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002, estabelece que "o prazo fixado para a apresentação das propostas [no pregão], contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis", facultando implicitamente à Administração a possibilidade de fixar prazo superior.

Exige-se a reabertura da contagem dos prazos para casos em que o ato convocatório publicado contenha equívoco que demande a sua retificação e republicação, qual deve ser o novo prazo de publicidade.

Não por outra razão, da leitura do art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93 (aplicável subsidiariamente à modalidade pregão, por força do art. 9º, da Lei nº 10.520/2002), infere-se que a modificação do edital importará na sua republicação, e na reabertura do prazo inicialmente estabelecido, pois a necessária alteração afetará a formulação das propostas.

Nesse mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União já determinou a reabertura do "... prazo inicialmente estabelecido quando houver alteração do edital que afete a formulação de propostas, nos termos do art. 20 do Decreto nº 5.450/2005" (TCU, Acórdão nº 930/2008 – Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro, j. em 21.05.2008. Item nº 9.3.2 do Acórdão. Destaque nosso).

Assim, não haverá o prejuízo para a Administração em se publicar novamente o Edital contendo efetivamente o Anexo I, alterando as datas de apresentação de propostas e, conseqüentemente, aquelas a que se vinculam direta ou indiretamente.

3.4 - DA AUSÊNCIA DE REQUISITOS EXPRESSOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Menciona o item 9.4 do edital que "A DETENTORA estará obrigada a manter-se durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, perante os requisitos de habilitação e qualificação técnica exigidas neste Edital.". Contudo não há qualquer especificação de quais sejam os requisitos de qualificação técnica expressamente previstos no edital.

Sabemos que, normalmente, tais requisitos informam sobre necessidade de um atestado comprovando experiência anterior na execução de serviço de transporte de passageiros, emitido por órgão oficial e/ou entidade pública delegatária ou contratante do serviço que comprove a experiência da empresa proponente, constando a data de início e término dos serviços (quando o caso).

Tal requisito de capacidade técnica tem que comprovar que a empresa tem o mínimo de experiência que é exigida.

P.M.S.J.V.R.F

Folha Nº 4484-21

Folha Nº 07

Tal vício torna nulo o edital, devendo ser publicado novamente com expresso menção clara de quais sejam os requisitos, para afastar aventureiros, buscando a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Os editais de licitação devem observar os princípios constitucionais expresso e implícitos, bem como aqueles previstos nas legislações de regência, entre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade ou igualdade, moralidade ou probidade administrativa, publicidade e eficiência.

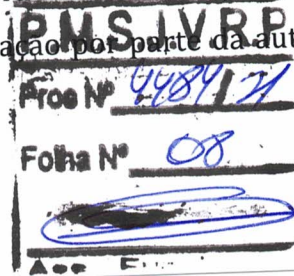
4 - DOS PEDIDOS

Assim, por se tratar de matéria de lédima justiça, requer seja recebida e acolhida a presente IMPUGNAÇÃO.

Diante do exposto, requer:

- a) seja recebida a presente **IMPUGNAÇÃO, SUSPENDENDO-SE** o certame até decisão final das matérias, tendo em vista que a sessão pública está designada para 15/06/2021, ante a complexidade apresentada e para que se afaste qualquer antijuridicidade capaz de macular todo o procedimento que se iniciará. Caso contrário, há o iminente risco de todo o ritual do artigo 4.º da lei 10520/2002 ser considerado inválido, considerados os equívocos no edital ora apontados, com desperdício da atividade ocorrida na sessão pública, incluindo avaliação das propostas e dos documentos de habilitação;
- b) sejam acolhidas as razões e fundamentos ora apresentados e determinada a **ANULAÇÃO** do certame, tendo em vista vícios inafastáveis e não passíveis de convalidação;
- c) caso não seja atendido o pedido da alínea anterior, sejam deferidas as alterações com as devidas correções e com fixação de novos prazos para apresentação de proposta e impugnações, **PUBLICANDO-SE O EDITAL NOVAMENTE** e marcando a sessão para a abertura das propostas para data posterior à solução dos problemas ora apontados.

Requer, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irresignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

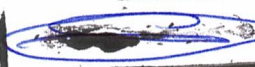


Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Três Rios/RJ, 10 de junho de 2021.


VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO S/A.

Viação Progresso e Turismo S/A.
André Luiz Barbosa Soares
DIRETOR EXECUTIVO

P.M.S.J.V.R.F.	
Foo N°	46/89
Folia N°	09
	
Ass. Executiva	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

FOLHA PARA INFORMAÇÕES

ANEXADA AO PROCESSO

NÚMERO

ANO

FOLHA Nº. 11

RÚBRICA DO FUNCIONÁRIO

Entrei 10/06/2021 a 10h
em 10/06/2021

Erica Glizento Lara
Auxiliar Administrativo
Matrícula: 3450

Recebido em 11/06/2021
Flaviana Medeiros Lameira Ribeiro
Sec. de Administração Geral da
Secretaria Municipal de Administração
Matrícula: 072

O processo nº 30/2021 se
encontra adiado "sine
die", tendo em vista
o pedido de impug-
nação feito através do
juízo nº 4203/2021.
Em 11/06/2021
Anexei fl. n.

Flaviana Medeiros Lameira Ribeiro
Diretora de Administração Geral da
Secretaria Municipal de Administração
Matrícula: 072

A Sec. de Educação
para atender o item
3.2 da fl. 04, tendo em
vista o processo licitatório
ser prestação de serviços
e o mesmo ter sido esta-
do por aquela Secretaria.
Em 15/06/2021

Flaviana Medeiros Lameira Ribeiro
Diretora de Administração Geral da
Secretaria Municipal de Administração
Matrícula: 072

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO**

Tendo em vista o pedido de impugnação solicitado no feito administrativo nº 4203/2021 pela empresa CEDRO LOCADORA E TRANSPORTADORA LTDA - EPP fica suspenso "sine die" o Pregão nº 030/2021, Processo nº 2850/2021 – PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS, COM LOCAÇÃO DE ATÉ 14 (QUATORZE) VEÍCULOS E MANUTENÇÃO DE MAIS 02 (DOIS) VEÍCULOS RESERVAS, SENDO UM DO TIPO ÔNIBUS E/OU MICRO-ÔNIBUS E O OUTRO UMA VAN EXECUTIVA, MODELOS RODOVIÁRIOS, DURANTE O PERÍODO LETIVO, NOTURNO E/OU DIURNO PARA O ATENDIMENTO DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PETU (PROGRAMA ESPECIAL DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO), INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1.180/05, SEGUINDO OS SEGUINTE ITINERÁRIOS PARA OS ÔNIBUS: (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X TERESÓPOLIS/RJ X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ) (SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ X PETRÓPOLIS X SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ), PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII DO REFERIDO EDITAL VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO OU TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE.

INFORMAÇÕES: Secretaria Municipal de Administração, sito a Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro, 2º andar, no prédio da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto – RJ, localizada ao lado do Hospital Maternidade Santa Teresinha e da Secretaria Municipal de Saúde.

São José do Vale do Rio Preto, 04 de junho de 2021.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
=Pregoeira=

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO- Presencial nº 033/2021**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE IMPLANTAÇÃO, HOSPEDAGEM DO SISTEMA E BANCO DE DADOS EM NUVEM (CLOUD SERVER), ATUALIZAÇÕES DO SISTEMA (MANUTENÇÃO), TREINAMENTO E APOIO TÉCNICO DESTINADOS A IMPLANTENÇÃO DO SISTEMA E-SUS APS CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI E VII DO REFERIDO EDITAL.

TIPO: menor preço Global. Pronta Contratação DATA DO EVENTO: 29 de Junho de 2021. HORÁRIO: 10:00 horas

PREGÃO- Presencial nº 034/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI E VII DO REFERIDO EDITAL.

TIPO: menor preço por item. Pronta contratação DATA DO EVENTO: 29 de Junho de 2021. HORÁRIO: 14:30 horas

PREGÃO-	Presencial	nº	035/2021
---------	------------	----	----------

OBJETO: PREGÃO, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E DE PROTEÇÕES A SEREM UTILIZADOS NO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA THERESINHA; SECRETARIA DE SAÚDE; FARMÁCIA MUNICIPAL; SECRETARIA DA FAMÍLIA, AÇÃO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO; ALMOXARIFADO MUNICIPAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIENCIA E TECNOLOGIA, NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII DO REFERIDO EDITAL.

TIPO: menor preço por item. Registro de preço DATA DO EVENTO: 30 de Junho de 2021. HORÁRIO: 10:00 horas

OBS.: Editais disponíveis no site: www.sjvriopreto.rj.gov.br (menu principal/licitações) a partir das 15:00 horas do dia 07/06/2021.

- Informar participação/ confirmar presença através do e-mail: admlicitriopreto@gmail.com

INFORMAÇÕES: Secretaria Municipal de Administração, sito a Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro, 2º andar, no prédio da Prefeitura



Secretaria de Administração <admlicitriopreto@gmail.com>

Impugnação

1 mensagem

12
N**Secretaria de Administração** <admlicitriopreto@gmail.com>

16 de junho de 2021 12:08

Para: adm.sjo@viacaoprogresso.com.br, gerente.comercial@viacaoprogresso.com.br,
comercial@viacaoprogresso.com.br

Prezados Senhores, bom dia!

Acuso o recebimento do processo 4484/2021, pedido de impugnação solicitado por essa empresa, referente ao objeto do Pregão nº 030/2021.

Informo que no momento o pregão se encontra adiado "sine die" em virtude do pedido de impugnação de outra empresa. Informo, ainda, que tão logo o Setor responsável se pronuncie a respeito da impugnação interposta enviaremos resposta a essa empresa.

A disposição para esclarecimentos,

Att,

Flaviana

--

Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto - RJ**Secretaria de Administração**

Telefone: (024) 2224 1552

E-mail Licitações: admlicitriopreto@gmail.com